



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

---

LEI Nº 232/2014  
DE 30 DE JUNHO DE 2014

“Dispõe sobre as Diretrizes para a  
Elaboração da Lei Orçamentária de 2015,  
e dá outras providências”.

O Povo do Município de NOSSA SENHORA DAS DORES, Estado de Sergipe, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Em observância ao art. 165, § 2º da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 e da Lei Orgânica, o orçamento do Município, para o exercício de 2015 será elaborado e executado observando as Diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta LEI.

**Art. 2º** - Integram a presente Lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, elaborados em atendimento aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

**Art. 3º** - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender à estrutura orçamentária e às determinações emanadas pelos setores competentes da área.

**Art. 4º** - A proposta orçamentária, que não conterà dispositivo estranho à previsão e à fixação da despesa, atenderá ao processo de planejamento permanente.



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

## CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**Art. 5º** - Os orçamentos para o exercício de 2015 obedecerão entre outros, ao Princípio da Transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e os Fundos Municipais, conforme artigos 1º § 1º, 4º, I, “a” e 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**Art. 6º** - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração, execução e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse social, mediante regular processo de consulta.

**Art. 7º** - Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:

I - execução orçamentária dos últimos três exercícios;

II - arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2014 considerando-se ainda, a tendência para o segundo semestre;

III - alterações na legislação tributária;

IV - expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;

V - índices inflacionários correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país;

VI - metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas.

## CAPÍTULO III DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

**Art. 8º** - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2015 compreenderá:

I - os orçamentos fiscal e da seguridade social referente aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta;

II - o orçamento fiscal evidenciará as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade;



**PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO**

---

III – os Poderes Executivo e Legislativo organizarão Audiência (s) Pública (s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

**Art. 9º** - A proposta orçamentária para a Câmara Municipal será fixada no limite de 7% (sete por cento) mencionado no art. 29-A da Constituição Federal.

**Art. 10** - Além de obedecer às normas da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, integrarão a Lei Orçamentária Anual os complementos referenciados no art. 2º da Lei Federal nº. 4.320, de 1964 e os seguintes demonstrativos:

I - da programação de aplicação de recursos referentes à manutenção e desenvolvimento do ensino básico nos termos do art. 212 da Constituição Federal, e da Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006, e da Resolução nº 243 de 13 de setembro de 2007 do Tribunal de Contas do Estado;

II - da programação de aplicação de recursos referentes às ações e dos serviços públicos de saúde de que trata a Emenda Constitucional nº. 29/2000, a Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012 e a Resolução nº 283 de 03 de outubro de 2013 do Tribunal de Contas do Estado;

**Art. 11** - O projeto de lei orçamentária anual poderá conter autorização:

I - para a contratação de operações de crédito;

II - para a abertura de créditos adicionais suplementares.

**§ 1º** - Os Decretos de abertura de créditos adicionais suplementares, de que trata o inciso II deste artigo, autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados de justificativa em relação às dotações orçamentárias a serem anuladas ou eventuais recursos do excesso de arrecadação.

**§ 2º** - Considera-se crédito adicional suplementar o acréscimo de recursos à ação governamental consignada na lei orçamentária anual ou em seus créditos adicionais.

**§ 3º** - Para atender às necessidades de execução poderá ser incluída, através de crédito adicional suplementar, classificação de despesa em ação consignada na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais especiais.

**Art. 12** - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir no orçamento para o exercício de 2015, créditos suplementares até o limite de 80% (oitenta por cento) da receita estimada.

**Art. 13** - A dotação orçamentária é composta do seguinte detalhamento: órgão, unidade, função, sub-função, programa, ação, categoria econômica, natureza da despesa e modalidade de aplicação.



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 14** – Ficam, os Poderes Executivo e Legislativo observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação orçamentária anual, autorizados a procederem a remanejamentos de recursos orçamentários no âmbito de seus respectivos órgãos.

**Parágrafo único.** Entende-se por remanejamento o movimento de verba entre elementos de despesa de ações de um mesmo programa.

**Art. 15** - A Lei Orçamentária Anual, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, somente incluirá novos projetos se já estiverem adequadamente contemplados aqueles em andamento, ressalvados sempre as obrigações constitucionais e legais.

**Parágrafo único.** As despesas com o pagamento de pessoal e seus reflexos, inativos e pensionistas, com a dívida pública fundada ou consolidada, bem como a contrapartida de financiamentos, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de atividades e serviços públicos.

**Art. 16** - As receitas municipais deverão possibilitar a prestação de serviços e execução de investimentos para melhorar a qualidade de vida no Município, contribuindo para o dinamismo do desenvolvimento econômico local, seguindo princípios de justiça tributária.

**Art. 17** - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, se o mesmo estiver contido em Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

**Art. 18** - A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas, sem fins lucrativos, que visem à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, educacional e de desenvolvimento sócio-econômico do Município, deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

**Art. 19** - O orçamento do exercício financeiro 2015 conterà reserva de contingência no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**§ 1º** Caso não se efetive a previsão de algum risco contingente, o saldo remanescente da dotação orçamentária a que se refere o caput deste artigo poderá ser remanejado para outras dotações orçamentárias.



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO IV**  
**DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 20** - Poderão ser apresentados projetos de lei dispendo sobre as seguintes alterações na área da administração tributária, observados, quando possível, a capacidade econômica do contribuinte e, sempre, a justa distribuição de renda:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão e atualização da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano;
- III - instituição de tributo pela prestação de serviços, com a finalidade de custear serviços colocados à disposição da população;
- IV - revisão e atualização da legislação sobre a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- V - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- VI - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia administrativa e prestação de serviço;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX - concessão de incentivos fiscais ou outros mecanismos tributários que permitam o atendimento das diretrizes do art. 15 desta Lei;
- X - revisão da legislação sobre o uso do subsolo do Município.
- XI - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações nas normas estaduais e/ou federais;
- XII - correção de qualquer injustiça tributária constante na legislação vigente.

**Parágrafo único.** Considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, poderão ser adotadas as medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município.

**Art. 21** - Os Projetos de Lei de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverão estar acompanhados de



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e deverão atender as disposições contidas no art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À**  
**DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 22** - Compõe a Dívida Pública Municipal a Dívida Consolidada, incluídos no montante, calculado os débitos relativos aos Precatórios Judiciais de natureza comum ou alimentícia, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal e demais dispositivos da legislação vigente.

**Art. 23** - A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Câmara Municipal, até o dia 31 de Julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de Precatórios Judiciais a serem incluídos na Proposta Orçamentária de 2015, determinados pelo Art. 100, § 1º da Constituição Federal e demais dispositivos da legislação vigente.

**Parágrafo Único.** – O Custeio dos Precatórios correspondentes às sentenças judiciais de que trata o caput deste Artigo será previsto em dotações Consignadas no Orçamento da Procuradoria Geral do Município.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 24** - Os recursos financeiros referentes à contrapartida do Município em convênio com o Governo do Estado, na prestação de serviços de Segurança Pública, DER, Ministério Público, Tribunal de Justiça, EMDAGRO e outros serão definidos conforme cada caso.

**Art. 25** - São permitidas transferências financeiras entre o Município e autarquias, mediante prévia inclusão na Lei Orçamentária Anual dos recursos correspondentes.

**Art. 26** - O Executivo poderá encaminhar projetos de lei visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente, a implantação de uma nova estrutura administrativa, do plano de cargos, carreiras e salários, incluindo:

I - a concessão, a absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - a criação e a extinção de cargos públicos, bem como criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

---

III – Realizar, para o provimento dos cargos, na medida das necessidades de pessoal, concursos públicos e testes seletivos, na forma da Legislação em vigor;

IV – Realizar programas de aperfeiçoamento e qualificação dos Recursos Humanos da Administração Direta e Indireta, de acordo com as necessidades da área de atuação e com o nível do Servidor.

**Art. 27** – Se a despesa total com Pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 169 da Constituição Federal preservará Servidores das áreas de Saúde e Educação Básica.

**Art. 28** - As movimentações do quadro de pessoal e alterações salariais de que trata o § 1º do art.169 da Constituição Federal, somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente e estiverem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

**Art. 29** - Nos termos dos arts. 41 e 42 da Lei Federal nº. 4.320, de 1964, será precedido de autorização legislativa a abertura de crédito adicional especial.

**Parágrafo único.** Consideram-se novas dotações orçamentárias específicas à abertura de dotações orçamentárias para ações e/ou programas não previstos na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 30** - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários conforme disposto no § 2º do art.167 da Constituição Federal será efetivada mediante Decreto do Executivo.

**Art. 31** - No exercício de 2015 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 22 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que dê ensejo a situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, devidamente justificada.

**Art. 32** - O Poder Executivo poderá designar órgãos centrais para movimentar as dotações atribuídas às unidades orçamentárias, principalmente no tocante às despesas com pessoal e seus reflexos e nos encargos gerais do Município.

**Art. 33** - Se verificado ao final de cada bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas anuais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, será fixado percentual de redução sobre o total de atividades e projetos, separadamente, proporcional à participação de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional de legal execução.



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º Na hipótese de ocorrência do referido no caput, o Poder Executivo comunicará o Poder Legislativo, o correspondente montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, acompanhada da devida memória de cálculo, das premissas e da justificativa do ato, para que seja publicado o ato estabelecendo na forma do caput as medidas de controle de empenho e de movimentação financeira.

§ 2º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações orçamentárias cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, conforme o disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

§ 3º Entender-se-á como receita não suficiente a comportar o cumprimento das metas anuais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, determinando assim, a limitação de empenhos e de movimentação financeira a que se refere o caput, quando apurado entre a receita estimada e a efetivamente arrecadada, uma diferença de 5% (cinco por cento).

**Art. 34** - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de Abril de cada ano, cópia da prestação de contas do Município, incluindo a da Mesa da Câmara e demais órgãos da Administração Direta, bem como, os Balanços, Demonstrativos, Relatórios e demais informações referentes ao exercício anterior.

**Art. 35** - As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos que o modifiquem, observarão o princípio constante do § 3º do art. 166 da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município, devendo ainda:

I - ser compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indicar os recursos necessários para cobertura, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas e os constantes do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 1964, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviços da dívida;
- c) dotação destinada ao atendimento de precatórios judiciais;
- d) dotações destinadas à cobertura de despesas referentes à manutenção de serviços básicos de utilidade pública.

**Parágrafo único.** As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

**Art.36** - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2014, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o





PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º O empenhamento e processamento da despesa nesse caso estarão limitados a 1/12 (um doze avos) de cada grupo de despesa por categoria dos órgãos.

§ 3º Excetua-se das limitações do disposto no caput do artigo, as despesas referentes a pessoal e seus encargos, serviços da dívida e dotações destinadas ao atendimento de precatórios judiciais e projetos e atividades financiadas com recursos transferidos pelos governos federal e estadual e contrapartida.

**Art. 37** - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

**Art. 38** - Os restos a pagar inscritos no exercício de 2015 referente às despesas empenhadas e efetivamente realizadas até 31 de dezembro de 2014, cuja liquidação não ocorra até 31 de janeiro de 2015, deverão ser cancelados.

§ 1º - Excetua-se, da regra do caput, as despesas empenhadas até 31 de dezembro de 2014, cujas fontes de recursos são vinculadas do tesouro ou de outras fontes e possuam o adequado lastro financeiro.

§ 2º O pagamento dos restos a pagar inscritos no exercício de 2014, somente poderão ser efetuados se tiverem os adequados lastros financeiros, saldo do exercício anterior, ou, ainda, com recursos oriundos de anulação ou contingenciamento de dotações do orçamento corrente, em observância ao disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras estejam devidamente amparadas nos termos estabelecidos pelo art. 63 da Lei Federal nº. 4.320, de 1964.

**Art. 39** - Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para a contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, alterados pela Lei Federal nº. 9.648, de 1998.

**Art. 40** - O Poder Executivo estabelecerá, até trinta dias após a publicação do orçamento, as programações financeiras e o cronograma de execução mensal de desembolso, considerando a distribuição estrutural dos recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

**Parágrafo único.** Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Art. 41** – As ações desenvolvidas para a política de saúde no município serão priorizadas para atender:

I – Manutenção e implantação do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, de acordo com as normas estabelecidas em leis (Federal, Estadual e Municipal) e de conformidade com os padrões determinados pelo Ministério da Saúde, com gestor e conselhos que deverão ter a responsabilidade de gerir e fiscalizar este Fundo;

II – Cessão ou doação de área municipal ou de terceiros para o governo do Estado de Sergipe, para construção de prédio ou instalação de acordo com os convênios assinados;

III- Contratação de empresa de consultoria e assessoria, objetivando um melhor gerenciamento dos recursos financeiros oferecendo orientações e prestando assessoramento a todos os servidores envolvidos na área de saúde do município.

**Art. 42** – As Ações Desenvolvidas para a política de Assistência Social no Município estarão autorizadas para atender:

I - Manutenção e implementação do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de acordo com as normas estabelecidas e Leis (Federal, Estadual e Municipal), e com os Padrões determinados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome através da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e Ofício Circular nº 423/2011 DEFNAS/SNAS/MDS de 12 de setembro de 2011.

II - contratação de empresa de consultoria e assessoria, objetivando um melhor gerenciamento dos recursos financeiros, oferecendo orientações, e prestando assessoramento a todos os servidores envolvidos na área de Assistência Social do Município.

**Art. 43** – O Executivo Municipal baixará normas complementares para regulamentação da conclusão e elaboração do Orçamento Participativo, previsto na Lei Federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001.

**Art. 44** – A Lei Orçamentária constará também em unidades específicas as dotações destinadas:

I – programas sociais;

II – a concessão de subvenções, auxílios e contribuições;

III – convênios;



PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO

---

IV – fundos especiais;

V – alienação de bens;

VI – desapropriação de bens imóveis;

VII – precatórios judiciais;

VIII – consórcios públicos – Lei Federal nº. 11.107 de 06 de abril de 2005;

IX – concurso público.

**Art. 45** - A Execução orçamentária do Legislativo, do Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social será independente, mas integradas ao Executivo para fins de contabilização, por sistema eletrônico de dados.

**Art. 46** – Construção, reforma, manutenção de creches Municipais, visando à melhoria da qualidade do atendimento com aquisição de equipamentos, uniformes, brinquedos, materiais educativos, obedecendo inclusive orientação do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público Especial, conforme Ofício GP Circular nº 04/2010 de 25 de maio de 2010;

**Art. 47** – Ação integrada para a Criança, o Adolescente e o Excepcional, com manutenção dos serviços de apoio social, conforme Art. 227 da Constituição Federal e Art. 253 da Constituição do Estado e do Ofício GP/Circular de nº 05, de 30/10/2008 do Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 48** – Acessibilidade a portadores de deficiência, estará contemplado em todos os projetos, ações e empreendimentos custeados com recursos públicos, conforme define o Decreto Legislativo nº 189/2008, que ratifica a Convenção da ONU e o Ofício Circular nº 05 de 17/09/2009 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

**Art. 49** – O Município, através dos Poderes Executivo e Legislativo fará cumprir o que determina a Lei Complementar nº 131 de 27/05/2009 e do Decreto nº 7.185 de 27/05/2009, referente a transparência da gestão fiscal, determinando a disponibilização em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município;

**Art. 50** – O Município, através dos Poderes Executivo e Legislativo, fará cumprir o que determina a Lei Federal de nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

**Art. 51** – Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base e índices oficiais;



**PREFEITURA MUNICIPAL  
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 52** – A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos para diretamente ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas comprovadamente carente, por meio de outros auxílios financeiros a pessoas físicas ou materiais de distribuição gratuita, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**Art. 53** – O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

**Art. 54** – A Unidade responsável pela coordenação do Controle Interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45, da Lei Complementar nº. 101/2000, das resoluções de nº 206 de 01/11/01 e nº 226 de 12/02/04 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, de acordo com suas atribuições e competências.

**Art. 55** - O Poder Executivo tornará disponíveis no quadro de avisos na sede do Município, a cópia:

- I - da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - da Lei Orçamentária e respectivos Anexos;
- III - do relatório resumido da execução orçamentária.


**Art. 56** - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 57** - O montante da despesa não deverá ser superior à receita, conforme estabelecido no § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 58** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 59** - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Dores, em 30 de junho de 2014.

  
**Fernando Lima Costa**  
**Prefeito Municipal**

## NOSSA SENHORA DAS DORES

Meta - Fiscal Resultado Primário  
2010

Receita Corrente (I)	26.874.800,00
Aplicação Financeira (II)	125.000,00
<b>Receita Fiscais Corrente (III) (I-II)</b>	<b>26.749.800,00</b>
receitasde capital (IV)	3.205.000,00
Operações de Créditos (V)	
Amortização de Empréstimos (VI)	
Alienação de Ativos (VII)	3.000,00
<b>Receitas Fiscais de Capital (VIII) (IV-V-VI-VII)</b>	<b>3.202.000,00</b>
<b>Receita Primaria (IX) (III+VIII)</b>	<b>29.951.800,00</b>
Despesa Corrente (X)	22.388.000,00
Juros e Encargos (IX)	15.000,00
<b>Despesas Fiscal Corrente (XII) (X-XI)</b>	<b>22.373.000,00</b>
Despesas Capital (XIII)	4.662.000,00
Amortização (XVI)	220.000,00
<b>Despesa Fiscal d Capital (XV) (XIII-XIV)</b>	<b>4.442.000,00</b>
Reserva de Contigencia (XVI)	250.000,00
<b>Despesa Primaria (XVII) (XII+XV+XVI)</b>	<b>27.065.000,00</b>
<b>Resultado Primario</b>	<b>2.886.800,00</b>

Meta - Fiscal Resultado Primário  
2011

Receita Corrente (I)	29.974.000,00
Aplicação Financeira (II)	255.000,00
<b>Receita Fiscais Corrente (III) (I-II)</b>	<b>29.719.000,00</b>
receitasde capital (IV)	2.699.000,00
Operações de Créditos (V)	
Amortização de Empréstimos (VI)	
Alienação de Ativos (VII)	3.000,00
<b>Receitas Fiscais de Capital (VIII) (IV-V-VI-VII)</b>	<b>2.696.000,00</b>
<b>Receita Primaria (IX) (III+VIII)</b>	<b>32.415.000,00</b>
Despesa Corrente (X)	23.507.600,00
Juros e Encargos (IX)	15.500,00
<b>Despesas Fiscal Corrente (XII) (X-XI)</b>	<b>23.492.100,00</b>
Despesas Capital (XIII)	6.100.590,00
Amortização (XVI)	357.000,00
<b>Despesa Fiscal d Capital (XV) (XIII-XIV)</b>	<b>5.743.590,00</b>
Reserva de Contigencia (XVI)	271.810,00
<b>Despesa Primaria (XVII) (XII+XV+XVI)</b>	<b>29.507.500,00</b>
<b>Resultado Primario</b>	<b>2.907.500,00</b>

Meta - Fiscal Resultado Primário  
2012

Receita Corrente (I)	37.331.200,00
Aplicação Financeira (II)	205.000,00
<b>Receita Fiscais Corrente (III) (I-II)</b>	<b>37.126.200,00</b>
receitasde capital (IV)	876.000,00
Operações de Créditos (V)	
Amortização de Empréstimos (VI)	
Alienação de Ativos (VII)	3.000,00
<b>Receitas Fiscais de Capital (VIII) (IV-V-VI-VII)</b>	<b>873.000,00</b>
<b>Receita Primaria (IX) (III+VIII)</b>	<b>37.999.200,00</b>
Despesa Corrente (X)	28.811.517,00
Juros e Encargos (IX)	13.000,00
<b>Despesas Fiscal Corrente (XII) (X-XI)</b>	<b>28.798.517,00</b>
Despesas Capital (XIII)	5.667.823,00
Amortização (XVI)	601.503,00
<b>Despesa Fiscal d Capital (XV) (XIII-XIV)</b>	<b>5.066.320,00</b>
Reserva de Contigencia (XVI)	320.660,00
<b>Despesa Primaria (XVII) (XII+XV+XVI)</b>	<b>34.185.497,00</b>
<b>Resultado Primario</b>	<b>3.813.703,00</b>

Meta - Fiscal Resultado Primário  
2013

Receita Corrente (I)	38.480.350,00
Aplicação Financeira (II)	148.000,00
<b>Receita Fiscais Corrente (III) (I-II)</b>	<b>38.332.350,00</b>
receitasde capital (IV)	1.642.200,00
Operações de Créditos (V)	
Amortização de Empréstimos (VI)	
Alienação de Ativos (VII)	4.000,00
<b>Receitas Fiscais de Capital (VIII) (IV-V-VI-VII)</b>	<b>1.638.200,00</b>
<b>Receita Primaria (IX) (III+VIII)</b>	<b>39.970.550,00</b>
Despesa Corrente (X)	30.761.622,00
Juros e Encargos (IX)	12.500,00
<b>Despesas Fiscal Corrente (XII) (X-XI)</b>	<b>30.749.122,00</b>
Despesas Capital (XIII)	4.894.800,00
Amortização (XVI)	602.000,00
<b>Despesa Fiscal d Capital (XV) (XIII-XIV)</b>	<b>4.292.800,00</b>
Reserva de Contigencia (XVI)	343.578,00
<b>Despesa Primaria (XVII) (XII+XV+XVI)</b>	<b>35.385.500,00</b>
<b>Resultado Primario</b>	<b>4.585.050,00</b>

Meta - Fiscal Resultado Primário  
2014

Receita Corrente (I)	43.252.350,00
Aplicação Financeira (II)	182.000,00
<b>Receita Fiscais Corrente (III) (I-II)</b>	<b>43.070.350,00</b>
receitasde capital (IV)	4.224.150,00
Operações de Créditos (V)	
Amortização de Empréstimos (VI)	
Alienação de Ativos (VII)	8.000,00
<b>Receitas Fiscais de Capital (VIII) (IV-V-VI-VII)</b>	<b>4.216.150,00</b>
<b>Receita Primaria (IX) (III+VIII)</b>	<b>47.286.500,00</b>
Despesa Corrente (X)	35.037.800,00
Juros e Encargos (IX)	14.000,00
<b>Despesas Fiscal Corrente (XII) (X-XI)</b>	<b>35.023.800,00</b>
Despesas Capital (XIII)	7.574.641,50
Amortização (XVI)	251.000,00
<b>Despesa Fiscal d Capital (XV) (XIII-XIV)</b>	<b>7.323.641,50</b>
Reserva de Contigencia (XVI)	387.558,50
<b>Despesa Primaria (XVII) (XII+XV+XVI)</b>	<b>42.735.000,00</b>
<b>Resultado Primario</b>	<b>4.551.500,00</b>



**ESTADO DE SERGIPE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**

**ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2015**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	44.935	43.000	0,19	46.957	43.001	0,19	49.070	43.006	0,19
Receitas Primárias (I)	49.414	47.286	0,20	51.637	47.287	0,21	53.961	47.293	0,21
Despesa Total	44.935	43.000	0,19	46.957	43.001	0,19	49.070	43.006	0,19
Despesas Primárias (II)	44.658	42.735	0,18	46.668	42.736	0,19	48.768	42.741	0,19
Resultado Primário (III)	4.756	4.551	0,02	4.970	4.551	0,02	5.193	4.552	0,02
Resultado Nominal	202	194	0,00	193	177	0,00	185	162	0,00
Dív. Pública Consolidada	2.062	1.973	0,01	1.969	1.803	0,01	1.881	1.648	0,01
Dív. Consolidada Líquida	-4.296	-4.111	-0,02	-4.102	-3.757	-0,02	-3.918	-3.434	-0,02

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
PIB real (crescimento em %)	3,5%	3,5%	3,5%
Inflação Média (%anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,5%	4,5%	4,5%
Projeção do PIB do Estado (em R\$ 1.000,00)	28.975.373,75	29.989.511,83	31.039.144,74

Nota: os valores da Projeção do PIB do Estado foram obtidos na Lei nº 7.670 de 17 de Julho de 2013 do Governo do Estado.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes	
2015: Valor Corrente do ano de 2015, dividido por	1,045
2016: Valor Corrente do ano de 2016, dividido por	1,092
2017: Valor Corrente do ano de 2017, dividido por	1,141





**ESTADO DE SERGIPE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2015**

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em		Metas Realizadas em		Variação	
	2013	% PIB	2013	% PIB	Valor	%
	(a)		(b)		(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	36.000	0,16	37.352	0,17	1.352	3,76
Receitas Primárias (I)	39.971	0,18	40.781	0,18	810	2,03
Despesa Total	36.000	0,16	33.155	0,15	-2.845	-7,90
Despesas Primárias (II)	35.386	0,16	33.130	0,15	-2.256	-6,38
Resultado Primário (III) = (I-II)	4.585	0,02	7.651	0,03	3.066	66,87
Resultado Nominal	-5.540	-0,02	-5.540	-0,02	0	0,00
Dívida Pública Consolidada	1.963	0,01	1.963	0,01	0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-4.089	-0,02	-4.089	-0,02	0	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Especificação	*2013
Projeção do PIB do Estado (em R\$ 1.000,00)	27.048.821,45

Nota: os valores da Projeção do PIB do Estado foram obtidos na Lei nº 7.670 de 17 de Julho de 2013 do Governo do Estado.  
Valor do PIB realizado em 2013 ainda não é conhecido.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2015

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ milhares
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	
Receita Total	34.800	36.000	3,45	43.000	19,44	44.935	4,50	46.957	4,50	49.070	4,50
Receitas Primárias (I)	37.999	39.971	5,19	47.286	18,30	49.414	4,50	51.637	4,50	53.961	4,50
Despesa Total	34.800	36.000	3,45	43.000	19,44	44.935	4,50	46.957	4,50	49.070	4,50
Despesas Primárias (II)	34.185	35.386	3,51	42.735	20,77	44.658	4,50	46.668	4,50	48.768	4,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.814	4.585	20,21	4.551	-2,47	4.756	4,50	4.970	4,50	5.193	4,50
Resultado Nominal	262	-5.540	-2212,38	-409	-92,62	202	-149,50	193	-4,50	185	-4,50
Dívida Pública Consolidada	1.963	1.963	0,00	2.159	10,00	2.062	-4,50	1.969	-4,50	1.881	-4,50
Dívida Consolidada Líquida	1.451	-4.089	-381,76	-4.498	10,00	-4.296	-4,50	-4.102	-4,50	-3.918	-4,50

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										%
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	
Receita Total	38.489	37.620	-2,26	43.000	14,30	43.000	0,00	43.001	0,00	43.006	0,01
Receitas Primárias (I)	42.027	41.770	-0,61	47.286	13,21	47.286	0,00	47.287	0,00	47.293	0,01
Despesa Total	38.489	37.620	-2,26	43.000	14,30	43.000	0,00	43.001	0,00	43.006	0,01
Despesas Primárias (II)	37.809	36.978	-2,20	42.735	15,57	42.735	0,00	42.736	0,00	42.741	0,01
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.218	4.791	13,58	4.551	-2,36	4.551	0,00	4.551	0,00	4.552	0,01
Resultado Nominal	290	-5.790	-2095,87	-409	16,66	194	-147,37	177	-8,61	162	-8,60
Dívida Pública Consolidada	2.171	2.051	-5,52	2.159	5,26	1.973	-8,61	1.803	-8,61	1.648	-8,60
Dívida Consolidada Líquida	1.605	-4.273	-366,22	-4.498	5,26	-4.111	-8,61	-3.757	-8,61	-3.434	-8,60

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
Índices de Inflação					
2012	2013	2014	2015	2016	2017
*5,84%	*5,91%	**4,5%	**4,5%	**4,5%	**4,5%

<http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetasResultado.pdf>

\* Inflação Elétrica (PCA % a.a.) (Banco Central do Brasil)

\*\* Meta de inflação no Brasil (Banco Central do Brasil)

Valores Constantes:

2012=Valor Corrente x 1,106	2015=Valor Corrente / 1,045
2013=Valor Corrente x 1,045	2016=Valor Corrente / 1,092
2014=Valor Corrente	2017=Valor Corrente / 1,141



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2015

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	5.036	100	6.203	100
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.036</b>	<b>100</b>	<b>6.203</b>	<b>100</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	<b>Sem movimento</b>	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Nota 1 : Em Função do prazo de entrega da prestação de contas, o anexo que retrata a evolução do Patrimônio Líquido não consta valor para o exercício de 2013.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2015

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

	R\$ milhares		
<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2013 (a)	2012 (b)	2011 (c)
REC. DE CAPITAL - ALIEN. DE ATIVOS (I)	0	3	0
Alienação de Bens Móveis	0	3	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2013 (a)	2012 (b)	2011 (c)
APLIC. DOS REC. DA ALIEN. DE ATIVOS (II)	-	-	1.254
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	1.254
Investimentos	-	-	872
Inversões Financeiras	-	-	2
Amortização da Dívida	-	-	380
DESPESAS CORRENTES DOS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos	-	-	-
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2013 (g) = ((Ia - IIc) + IIIb)	2012 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2011 (i) = (Ic - IIIf)
<u>VALOR (III)</u>	-1.251	-1.251	-1.254

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL



## ESTADO DE SERGIPE

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

RECEITAS	2011	2012	2013
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>			

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

DESPESAS	2011	2012	2013
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA</b>			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>			

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2011	2012	2013
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ Milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício anterior) + (e)

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2015

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
	0		0
<b><i>Sem movimento</i></b>			
<b>SUB - TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>SUB - TOTAL</b>	<b>0</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
<b>SUB - TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>SUB - TOTAL</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2015

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2015	2016	

**NÃO HÁ PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA NO PERÍODO**

TOTAL

-



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER  
CONTINUADO  
2015**

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	R\$ Milhares Valor Previsto para 2015
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	0
Novas DOCC geradas por PPP	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

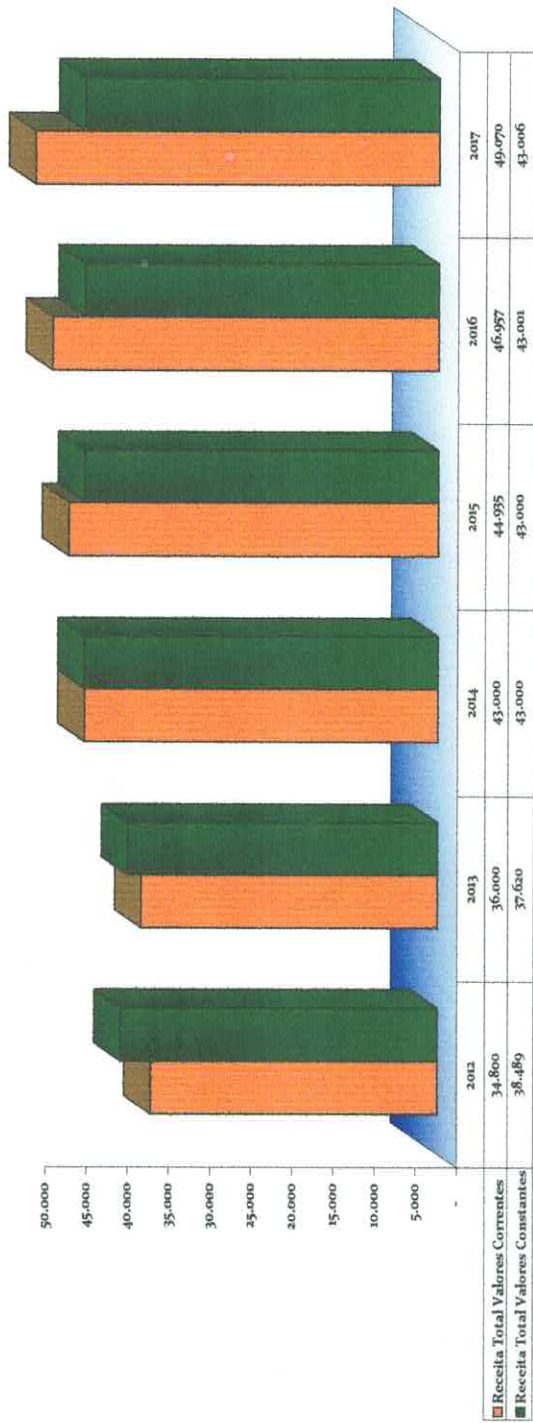




Ano	Receita Total Valores Correntes	Receita Total Valores Constantes
2012	34.800	38.489
2013	36.000	37.620
2014	43.000	43.000
2015	44.935	43.000
2016	46.967	43.001
2017	49.070	43.006

R\$ milhares

### Valores Correntes x Valores Constantes

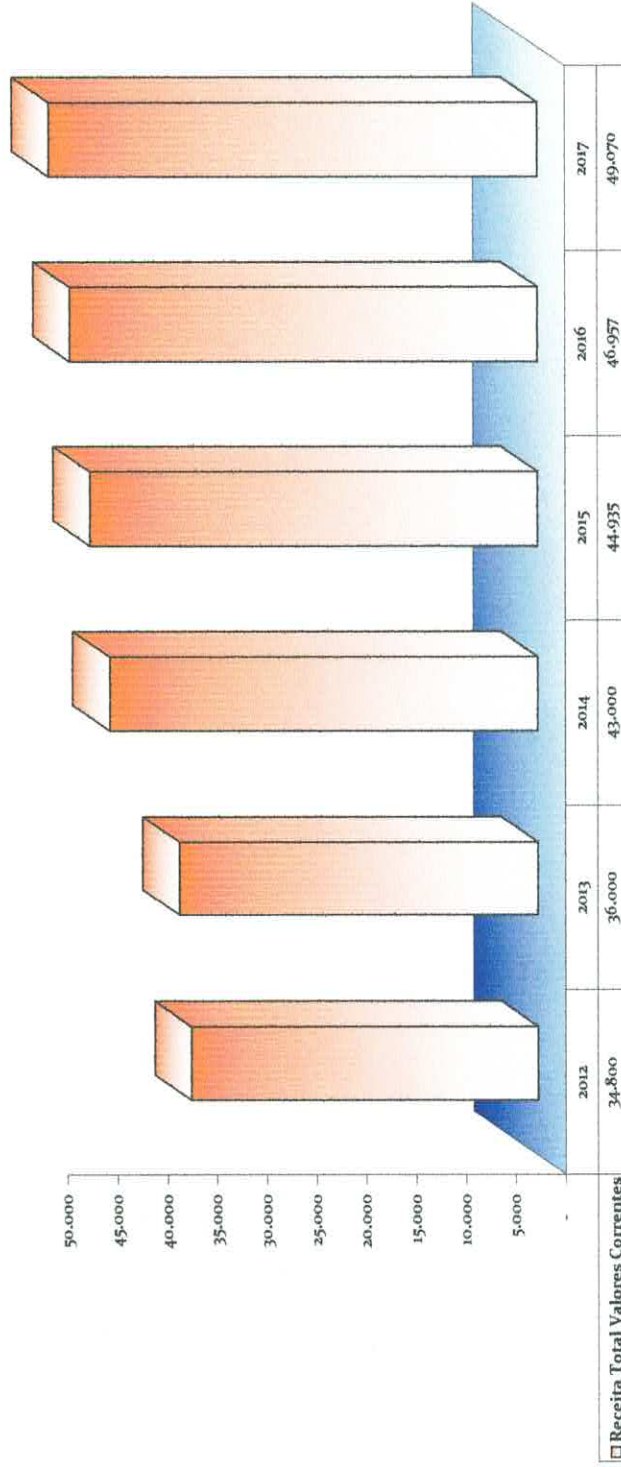




Ano	Receita Total Valores Correntes
2012	34.800
2013	36.000
2014	43.000
2015	44.935
2016	46.957
2017	49.070

R\$ milhares

### Evolução de Arrecadação



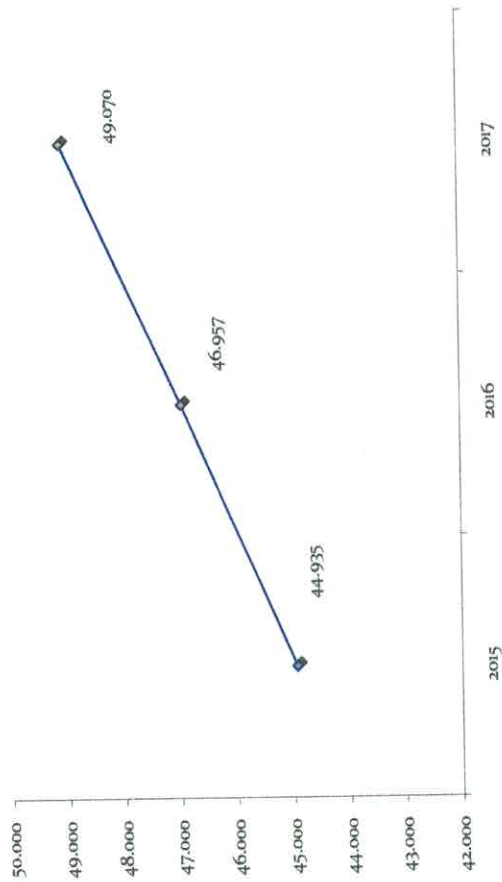
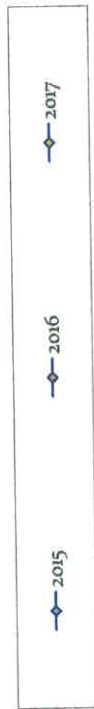


ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

Ano	Receita Total
2015	44.935
2016	46.957
2017	49.070

R\$ milhares

### Metas Anuais 2015 a 2017





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

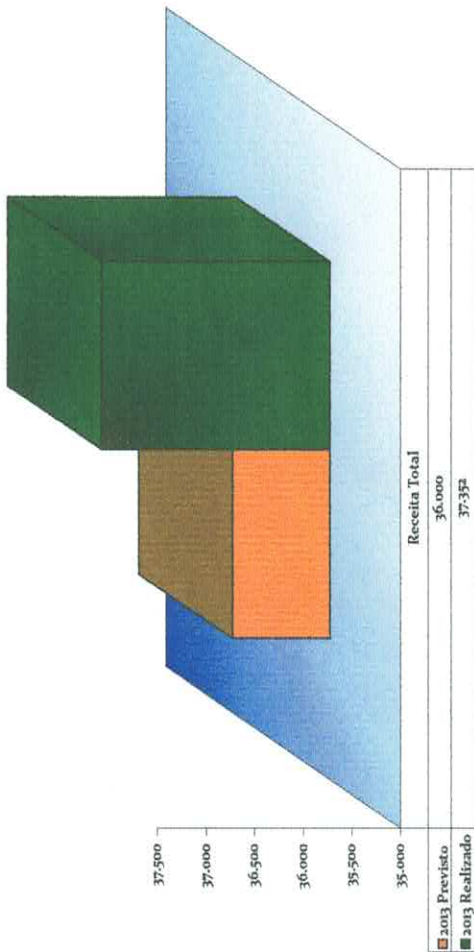
Arrecadada  
Receita Total

2013 Previsto 36.000

2013 Realizado 37.362

R\$ milhares

### Metas Previstas x Realizadas



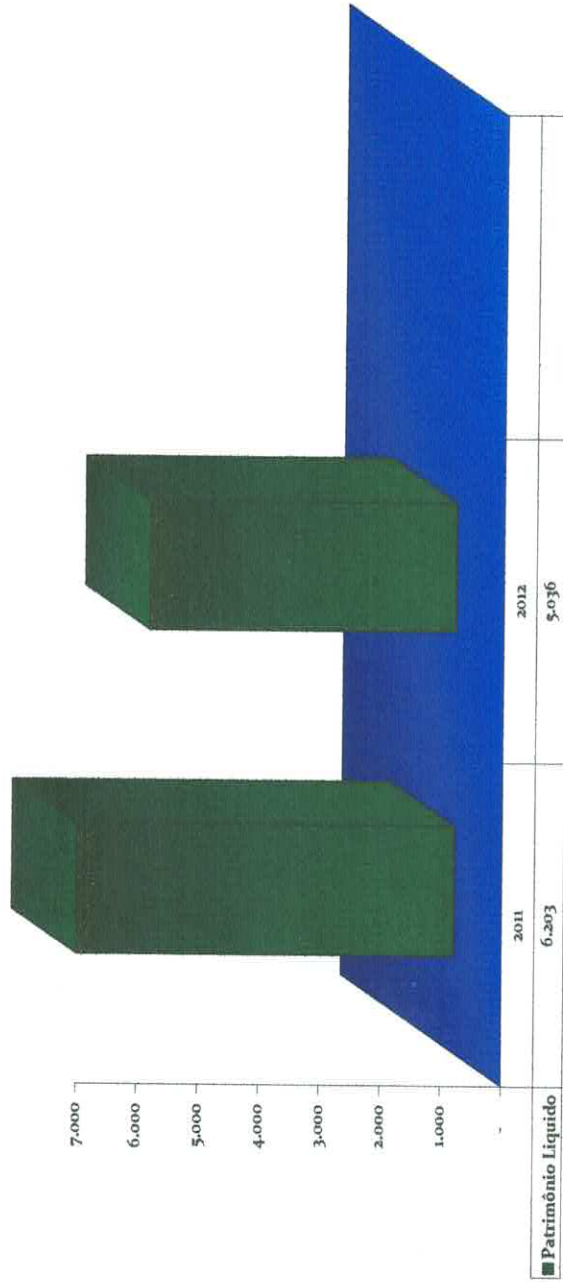


ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

Ano	Patrimônio Líquido
2011	6.203
2012	5.036

Rs milhares

### Patrimônio Líquido



Imprimir Certidão



# CERTIDÃO

## DE ENVIO PARA PUBLICAÇÃO

▶ CÓDIGO DO COMPROVANTE: 70018379236

▶ Cliente: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Dores

▶ Data Envio: 09/07/14 09:55

▶ Data de Publicação: 09/07/14

▶ Responsável: Carivaldo Lima de Santana Neto

▶ CPF: 001.452.165-27

▶ Comentário: (VAZIO)

▶ Anexo(s): LEI Nº 232 - LDO 2015.PDF ( D.O. e C.P.)

▶ IP Envio: 187.63.233.98

▶ Data Impressão: 09/07/14 09:55

O Sistema SIOFNET recebeu os anexos acima descritos e os mesmos serão processados em nossos servidores com Certificação Digital ICP Brasil e assinados digitalmente pelo IMAP.

A edição do Diário Oficial do respectivo ente será produzida, certificada e disponibilizada no seu Site Oficial dentro do prazo citado neste extrato. EXCETO, as publicações que serão realizadas no primeiro dia útil posterior ao envio nos casos de:

- 1- envios feitos após as 15:30h e, no caso de licitações para envios feitos após as 17:30h;
- 2- edições solicitadas para os finais de semana e feriados;

No caso de publicações em outros veículos, além das regras acima, a publicação fica condicionada ao recebimento do fax com a Autorização de Publicação avulsa, devidamente preenchida, assinada e enviada para o fax 71 3450-1514 até às 15:30h, exceto Diário Oficial da União e Diário do Estado que até as 14:00:

- 4- a data solicitada para publicar em outros veículos e também no Diário Oficial do Município deve ser sempre para o primeiro dia útil posterior ao envio. Se não for colocada a data correta o Suporte do IMAP seguirá essa regra automaticamente;
- 5- o DOE não tem edição nos domingos e segundas;
- 6- o DOU não tem edição nos sábados e domingos;
- 7- para publicação no DOU é necessário cadastro prévio. Entre em contato conosco.

-----

Em virtude do jogo do Brasil na Copa do Mundo, receberemos documentos para publicação nos dias e horários citados abaixo, alterando assim, algumas regras citadas acima:

08/07/2014:

- Diário da União, Diário do Estado e Jornais de grande circulação (A Tarde e Correio): até as 11:00h;
- Diário Próprio: até as 14:00h.

-----

Em caso de urgência, entre em contato pelos telefones (71) 3038-9300 / 2223-9444/45.

Para consultar as edições do Diário Oficial do Município, acesse o site.

**Afrânio Freire**  
Diretor

IMAP - Instituto Municipal de Administração Pública  
Informações do SUPORTE IMAP - Telefone (71) 2223-9444/2223.9445 - www.io.org.br

*Esta declaração atesta o recebimento do(s) arquivo(s) anexado(s) e descrito(s) acima.*

*Caso algum dos arquivos esteja corrompido digitalmente ou em discordância com a descrição, o Dpto de Suporte entrará em contato com o responsável pelo envio. Caso não consiga falar até as 18:00h do mesmo dia, será publicado como foi enviado ou, se estiver corrompido e não abrir, não será publicado. Verifique sempre seu e-mail e mantenha atualizados seus contatos.*